

3 — Método de selecção: resultado da prova de avaliação final do internato médico e entrevista de selecção, nos termos do n.º 5 do artigo 12.º-A do Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13/02.

4 — Formalização das candidaturas:

4.1 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., podendo ser entregue directamente nas instalações da ARS do Algarve, I. P., sita no Largo de S. Pedro, n.º 15, 8000-145 Faro, nos períodos compreendidos entre as 09H00 e as 12H00 e as 14H00 e as 16H30, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, ou remetido pelo correio, para a mesma morada, considerando-se, neste caso, apresentado dentro do prazo, se o mesmo tiver sido expedido até ao termo do prazo fixado neste aviso.

4.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, naturalidade, número, e data do bilhete de identidade, residência, código postal e telefone);
- b) Pedido para ser admitido ao concurso;

4.3 — O requerimento deve ser acompanhado da seguinte documentação:

a) Certidão comprovativa da posse do grau de assistente, com a especialidade de medicina geral e familiar, obtido na 2.ª época de 2010, na Região de Saúde do Algarve.

5 — Afixação da lista de candidatos admitidos e excluídos: A referida lista será afixada nas instalações da ARS do Algarve, I. P., sita no Largo de S. Pedro, n.º 15, 8000-145 Faro.

6 — O júri tem a seguinte composição:

Presidente: Maria Natália Louro Mendonça Correia, Assistente Graduada Sénior de Medicina Geral e Familiar do mapa de pessoal do ACES Central.

Vogais efectivos:

1.º João Paulo Pestana Fragoso de Almeida, Assistente Graduado Sénior de Medicina Geral e Familiar do mapa de pessoal do ACES Sotavento.

2.º Maria Eduarda Brito Luzia, Assistente Graduada de Medicina Geral e Familiar do mapa de pessoal do ACES Central.

Vogais suplentes:

1.º Dr.ª Maria do Céu Garção Baptista Polainas Nicau, Chefe de Serviço de Medicina Geral e Familiar — ACES Central.

2.º Dr.ª Maria Guilhermina Jacinto do Amaral Pacheco, Chefe de Serviço de Medicina Geral e Familiar — ACES Central.

6.1 — O Presidente será substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo primeiro vogal efectivo.

18 de Agosto de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, *Rui Eugénio Ferreira Lourenço*.

203637665

Autoridade para os Serviços de Sangue e da Transplantação

Despacho n.º 13929/2010

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, estabelece, no n.º 1 do seu artigo 27.º, que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura de lugar;

Considerando que se encontra vago o cargo de Director da Direcção de Serviços de Gestão e Controlo Operacional, criado pela Portaria n.º 645/2007, de 30 de Maio, que aprovou a estrutura nuclear dos serviços e respectivas competências da Autoridade para os Serviços de Sangue e da Transplantação;

Considerando a necessidade de assegurar as funções inerentes ao referido cargo;

Nomeio, em regime de substituição, ao abrigo do disposto nos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, para o cargo de Director da Direcção de Serviços de Gestão e Controlo Operacional da Autoridade para os Serviços de Sangue e da Transplantação, a Mestre em Direito, Ana Maria Pires Silva, por possuir os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo e corresponder ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objectivos do serviço.

A nomeação produz efeitos a 5 de Julho de 2010

26/08/2010. — O Director-Geral, (*João Rodrigues Pena*).

Sinopse curricular

Identificação:

Nome — Ana Maria Pires Silva

Data de Nascimento — 30 de Outubro de 1972

Naturalidade — Bragança

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Lusíada, Porto (1992-1997).

Pós-Graduação em Ciências Jurídicas — Administrativas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2003-2004).

Pós — Graduação em Contencioso Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (2004-2005).

Mestrado em Direito Público na área de Ciências Jurídico-Políticas, pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, em 2009.

Formação Profissional — Frequência de diversos cursos e acções de formação, dos quais se destacam:

Curso de Verão sobre o “Novo Contencioso Administrativo”, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2002).

Curso de Verão sobre o “Direito da União Europeia sobre os contratos públicos no Direito Comunitário e no Direito Português” — Instituto Europeu da Faculdade de Direito de Lisboa (2003).

Curso sobre o “Novo Regime Da Contratação Pública” — Instituto Nacional de Administração, I. P. (INA) (2008).

Curso sobre “Os Novos Regimes de Vinculação, Carreiras e Remunerações” — Instituto Nacional de Administração, I. P. (INA) (2010).

Curso sobre o “SIADAP avaliação dos serviços” — Instituto Nacional de Administração, I. P. (INA) (2010).

Diploma de Especialização em Simplificação da Comunicação Legislativa e Regulamentar (DELEGE) (em fase de conclusão) — Instituto Nacional de Administração, I. P. (INA).

Experiência profissional:

Estágio de Advocacia na Ordem dos Advogados, com a duração de 18 meses.

Exercício de Advocacia (2000).

2001-2002 — Técnica superior em regime de contrato de trabalho a termo certo no Gabinete Jurídico do Hospital de S. João, Porto.

2002-2003 — Adjunta no XV Governo Constitucional, nomeada por despacho de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Justiça, de 6 de Maio de 2002.

2003-2007 — Técnica superior no Gabinete Jurídico do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM). Em 1 de Dezembro de 2005 ingressou na carreira de técnico superior, precedendo concurso, do quadro de pessoal do INEM, tendo exercido até àquela data, e desde 17 de Junho de 2003, as mesmas funções em regime de contrato de avença.

2007-2010 — Técnica superior na Autoridade para os Serviços de Sangue e da Transplantação (ASST).

De 1 de Maio de 2007 a Dezembro de 2009 desempenhou funções em regime de mobilidade, na ASST. Em 7 de Dezembro de 2009 celebrou, precedendo concurso, contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com a ASST.

Outras funções:

Representação de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Justiça em sorteio de júri para abertura de concursos, junto da Comissão de Observação e Acompanhamento dos Concursos, Lisboa (2003).

Representação da ASST no Workshop realizado no âmbito do European Project ALLIANCE-O, em Paris (2007).

Representação da ASST na discussão do projecto de Lei n.º 12/2009, de 26 de Março — Comissão Parlamentar de Saúde (2008).

Representação da ASST na Audição Pública sobre Direitos dos doentes à informação e ao consentimento informado — Comissão Parlamentar de Saúde (2009);

Integrou as equipas de inspecção aos serviços de sangue, realizadas pela ASST no âmbito das suas atribuições.

Representação da ASST em reuniões junto do Alto Comissariado da Saúde para discussão do QUAR da ASST;

Coordenou diversos grupos de trabalho, dos quais se destacam:

Coordenação dos grupos de trabalho para implementação em Portugal do Programa Nacional de Doação Renal Cruzada (2010), e para

constituição da Entidade de Verificação da Admissibilidade (EVA) da colheita em vida de órgãos para transplante (2007).

Outras actividades:

Participou na qualidade de oradora e professora convidada em diversas actividades formativas nos domínios do sangue e da transplantação, das quais se destacam:

“Workshop on Procurement and Processing of Tissues and Cells”, promovido pela ASST e pela Transplant Services Foundation (TSF), em 25 de Maio de 2010, em Lisboa;

“Workshop sobre Transplantação de Tecidos e Células — Aplicação da Lei n.º 12/2009, de 26 de Março”, promovido pela ASST, em Maio de 2009;

Conferência de Consensos “Transfundir Bem Transfundir Melhor”, promovida pela Comissão de Transfusão do Hospital de S. António, realizada em 2007 no Porto;

“Curso Avançado em Coordenação de Transplantação de órgãos, tecidos e células”, promovido pela ASST e pelo Institut de Formació Contínua da Universitat de Barcelona, realizado em Dezembro de 2008 em Tomar.

Foi formadora em várias acções de formação promovidas pelo INEM, na área da responsabilidade civil extracontratual do Estado.

203640037

Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P.

Aviso (extracto) n.º 17375/2010

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, publica-se a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados no procedimento concursal comum, para preenchimento de 8 postos de trabalho da carreira e categoria de Assistente Técnico, para Técnico Operador de Telecomunicações de Emergência, tendo em vista o exercício de funções em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto por Aviso n.º 564/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 08 de Janeiro de 2010, homologada por Deliberação do Conselho Directivo, de 27 de Maio de 2010. Candidatos aprovados:

- 1.º André Filipe Soares Barbosa Pereira — 18,40
- 2.º José Paulo Passos de Miranda — 18,26
- 3.º Tânia Luísa Vieira da Silva Oliveira Soares — 18,22
- 4.º Cláudia Ferreira de Oliveira — 18,16
- 5.º Renato Fernando Baptista Seixas — 18,02
- 6.º Hélder José da Silva Pinto — 17,98
- 7.º José Miguel Martins Matos — 17,94
- 8.º Maria João de Carlos Ribeiro — 17,80
- 9.º Mauro João Faria Alves — 17,58
- 10.º Joel Alexandre Fernandes Rodrigues — 17,38
- 11.º Marta Isabel Maio Rodrigues Dimis — 17,18
- 12.º Pedro Miguel Gonçalves Ferreira — 17,06
- 13.º João Paulo Macedo Teixeira — 17,04
- 14.º Nuno Miguel Peixoto da Costa Teixeira — 17,04
- 15.º Orlando Luís Ramos Monteiro — 17,04
- 16.º Selma Catarina Dias Soeiro — 16,90
- 17.º Tânia Sofia Pereira Oliveira — 16,90
- 18.º Patrícia Isabel Soares de Almeida — 16,80
- 19.º Márcia Filipa Moura Pinheiro — 16,72
- 20.º Sílvia Alexandra Soares da Silva — 16,68
- 21.º Ismael Cordeiro Barbeito — 16,66
- 22.º Daniel Rodrigues dos Santos Costa — 16,62
- 23.º Ana Sofia Pires Vieira — 16,56
- 24.º Rui Manuel Mendes Costa — 16,50
- 25.º Carlos Raul Seixas Monteiro — 16,48
- 26.º João Filipe Sousa Costa — 16,48
- 27.º Márcia Patrícia Silva Oliveira — 16,46
- 28.º Liliana Eugénia Ribeiro de Oliveira — 16,38
- 29.º Pedro Miguel de Sousa Pessoa — 16,04
- 30.º Joana Filipa Sarmento de Sousa Marques — 16,00
- 31.º Fábio Joel Pereira Miranda — 15,92
- 32.º Luís Carlos Amaral Tenreiro — 15,92
- 33.º João Manuel da Mota Real Morais — 15,78
- 34.º José Manuel Pinho Jardim — 15,78
- 35.º Cristiana Amaral Teixeira — 15,58
- 36.º Vítor Manuel Ribeiro Ferreira — 15,50
- 37.º Sara Isabel Oliveira Matos — 15,34
- 38.º Marta Sofia Ribeiro Leitão — 15,02
- 39.º Mário Jorge Marques Costa — 14,78
- 40.º Tatiana Sofia Cardoso Estima — 14,74
- 41.º Rui Manuel da Rocha Pinheiro — 14,62

42.º Emanuel José Moreira Jesus Correia — 14,38

43.º Rui Manuel Cruz Patacas — 14,38

44.º Mónica Patrícia Soares Mateus — 14,04

27 de Agosto de 2010. — A Directora do Departamento de Recursos Humanos, *Anabela Verissimo*.

203640118

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Gabinete do Secretário de Estado da Educação

Despacho n.º 13930/2010

Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, conjugado com o disposto nos artigos 4.º, n.º 2, alínea 4), e 16.º, n.º 3, ambos do Decreto-Lei n.º 213/2006, de 23 de Outubro, na redacção que lhe foi conferida pelos Decretos-Leis n.ºs 164/2008, de 8 de Agosto, 117/2009, de 18 de Maio, e 208/2009, de 18 de Setembro, e no uso das competências que me foram delegadas pela Ministra da Educação nos termos dos n.ºs 1 e 2.2 do despacho n.º 2627/2010, de 2 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 27, de 9 de Fevereiro de 2010, determino o seguinte:

1 — Subdelego no director regional de educação do Norte, licenciado António Oliveira Leite, com faculdade de subdelegação, a competência para a prática de todos os actos inseridos no âmbito do procedimento de fornecimento de refeições confeccionadas para os estabelecimentos de ensino da área geográfica da Direcção Regional de Educação do Norte, ao abrigo do acordo quadro para o fornecimento de refeições confeccionadas celebrado pela Agência Nacional de Compras Públicas, E. P. E., na sequência do concurso público internacional, aberto por anúncio publicado no *Jornal Oficial da União Europeia*, de 15 de Dezembro de 2009, com o n.º 2009/S 241-344855, e no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 240, de 14 de Dezembro de 2009.

2 — O âmbito da presente subdelegação abrange, designadamente, a autorização para a realização da despesa inerente ao contrato a celebrar, a aprovação das peças do procedimento, a designação do júri, a adjudicação da proposta, a aprovação da minuta de contrato a celebrar, a representação da entidade adjudicante na respectiva assinatura e a prática de demais actos inseridos nesse procedimento, desde que a despesa não ultrapasse o limite das competências que me foram delegadas pelo citado despacho n.º 2627/2010.

3 — O presente despacho produz efeitos na data da sua assinatura.

26 de Agosto de 2010. — O Secretário de Estado da Educação, *João José Trocado da Mata*.

203638483

Direcção Regional de Educação do Norte

Aviso n.º 17376/2010

Torna-se público nos termos do n.º 7 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 35/2007, de 15 de Fevereiro, que a partir do dia 1 de Setembro as ofertas de emprego para a contratação de docentes para os estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário na dependência do Ministério da Educação, da área geográfica da Direcção Regional de Educação do Norte, serão publicitadas através da Internet no sítio da Direcção Regional de Educação do Norte, no endereço <http://www.dren.min-edu.pt>, para:

a) o exercício de funções no âmbito dos diversos níveis de ensino e grupos de recrutamento a que se refere o Decreto Lei n.º 27/2006, de 10 de Fevereiro;

b) as actividades de leccionação, por técnicos especializados, das disciplinas das áreas profissionais, tecnológicas, vocacionais ou artísticas dos ensinos básicos e secundário;

c) o desenvolvimento de projectos de enriquecimento curricular ou de combate ao insucesso escolar.

No sítio da Direcção Regional de Educação do Norte estará disponível o manual de candidatura.

Mais se informa que o procedimento em causa é regulado pelo Decreto-Lei n.º 35/2007, de 15 de Fevereiro.

Este anúncio é válido até ao final do ano escolar 2010/2011.

Porto, 26 de Agosto de 2010. — O Director Regional, *António Oliveira Leite*.

203637495